PPP

Projeto Político-Pedagógico

2022

FUNDAÇÃO LIBERATO

FUNDAÇÃO LIBERATO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – 2022

VERSÃO DE 21/03/2023

FUNDAÇÃO LIBERATO
Rua Inconfidentes, 395, Bairro Primavera
Novo Hamburgo – RS
CEP 93340-140 - Brasil

(51) 3584-2000 | www.liberato.com.br
centraldeatendimento@liberato.com.br

GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO
Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira

PRESIDENTE DO CONSELHO TÉCNICO DELIBERATIVO
Nemauro Oscar Walber

FUNDAÇÃO LIBERATO

DIRETOR EXECUTIVO
Ramon Fernando Hans

SECRETÁRIO EXECUTIVO
Paulo Renato Thiele

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
Paula Vitória Pires

DIRETOR DE PESQUISA E PRODUÇÃO INDUSTRIAL
Leori Carlos Tartari

DIRETOR ADMINISTRATIVO
Ronaldo Garcia Forte

DIRETOR DE ENSINO
Marcelo Dall'alba Boeira

COORDENADORA DE ENSINO DIURNO
Ereci Teresinha Vianna Druzzian

COORDENADORA DE ENSINO NOTURNO
Lucinara De Souza Linck

COORDENADORA DO CENTRO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO
Sandra de Oliveira

COMISSÃO DE REVISÃO

DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2022

INTEGRANTES
Marcelo Dall'alba Boeira - Presidente da Comissão
Alexandre Faleiro Schumacher
Amaury Silva Junior
Cainã Schaurich Borges
Carla Rosana Silva Casagrande
Eliane Maria Santos Rockenbach
Ereci Teresinha Vianna Druzzian
Felipe Nunes Laux
Gabriel De Negri Ferri
Gustavo Henrique Benini
Juliano Francesco Antoniolli
Leandro Andrighetti
Lucinara De Souza Linck
Marlise Policastro Panazzolo
Mirela Maria De Mello Costa Stoll
Rafael Ribeiro
Sandra De Oliveira
Vera Lúcia Biachi

REVISÃO
Regina Leitão Ungaretti

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL
Carla Casagrande

RELATORES
Carla Casagrande, Juliano Francesco Antoniolli e Sandra de Oliveira,

CAPA
Dennis Messa da Silva

DIAGRAMAÇÃO
José Francisco Campello Machado

REALIZAÇÃO
Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha - 2022/2023

APRESENTAÇÃO



Ramon Fernando Hans
DIRETOR EXECUTIVO

A FUNDAÇÃO LIBERATO SE REAFIRMA COMO UMA INSTITUIÇÃO DE EXCELÊNCIA, QUE VALORIZA A TRADIÇÃO AO MESMO TEMPO EM QUE ESTÁ SEMPRE SE LANÇANDO PARA O FUTURO".

A Fundação Liberato é uma instituição pública de direito privado com 56 anos de história na Educação Profissional.

Reconhecida por sua referência na formação técnica, a escola motiva e apoia a formação continuada do seu corpo profissional altamente qualificado e engajado na missão institucional de promover a formação integral de profissionais comprometidos com as exigências do tempo presente.

Buscando garantir a gestão democrática diante das turbulências da educação num cenário pandêmico, a Liberato revisou seu Projeto Político Pedagógico, atendendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Esse processo gerou dois volumes: o Volume I, com os fundamentos da proposta político-pedagógica; e o Volume II, em construção, com o caminho estratégico e plano de ação para a efetivação coletiva do PPP.

Em 2023, a Fundação Liberato se reafirma como uma instituição de excelência, que valoriza a tradição ao mesmo tempo em que está sempre se lançando para o futuro. No exercício de gestar a escola e manter sua postura democrática, o PPP é importante ferramenta e o comprometimento de toda comunidade é fundamental. Contamos com a participação de todos na construção da Liberato que queremos!

SUMÁRIO

Clique no título para acessar o capítulo

04 EXPEDIENTE

05 COMISSÃO DE REVISÃO

06 APRESENTAÇÃO

07 SUMÁRIO

08 ASPECTOS HISTÓRICOS

13 VOL. I - FUNDAMENTOS: FILOSOFIA DA LIBERATO

14 DIMENSÃO SITUACIONAL

15 Contextualização

23 DIMENSÃO POLÍTICA

24 A Sociedade que Queremos

29 DIMENSÃO PEDAGÓGICA

30 A Educação que Queremos Construir

31 A Educação

33 A Formação Integral

35 A Pesquisa Científica

39 A Escola

44 Os Sujeitos Escolares

45 A Educação Inclusiva

47 A Prática Pedagógica

49 A Formação Continuada dos Profissionais da Educação

51 A Avaliação Institucional

51 A Avaliação das Aprendizagens

52 REFERÊNCIAS

ASPECTOS HISTÓRICOS

"DESDE O INÍCIO, UMA PERSPECTIVA INTEGRADORA E MÚLTIPLA"

Uma consistente caminhada constitui o percurso de construção e manutenção da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC), ao longo dos seus 56 anos de existência.

Com o intuito da criação de uma escola de ensino técnico industrial, destinada à formação de técnicos para a indústria do estado e do país, em maio de 1957 ocorreu a assinatura de um convênio [1] que firmou a participação das três esferas do poder público, a fim de dar início à união de esforços para a efetiva criação, instalação e funcionamento da Fundação Liberato.

O documento foi assinado pelas autoridades à época, atribuindo diferentes papéis a cada um dos agentes de Estado. Nesse sentido, à Federação coube a construção dos prédios, as instalações técnicas e administrativas, bem como a aquisição dos equipamentos didáticos necessários ao pleno funcionamento da Escola.

Já o governo Estadual ficou incumbido dos Recursos Humanos, realização de concursos para provimento de cargos, pagamento de salários e outras atividades relacionadas ao emprego público.

O poder municipal ficou responsável pela doação de uma área de terreno necessária à construção da Escola. Por este motivo é que a Fundação Liberato ocupa uma área de 20ha situada no Vale do Sinos, na cidade de Novo Hamburgo, estando distante 40km da cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, fazendo parte da região metropolitana.

O referido convênio - com duração ilimitada, o qual continua em vigor, assegurando a estrutura peculiar das entidades paraestatais, com autonomia administrativa, didática e econômica - foi formalizado via Decreto [2], em julho de 1957, quando teve início a construção da Fundação Liberato, no bairro Primavera, em Novo Hamburgo.

1 *Autoridades presentes: Prof. Clóvis Salgado (Ministro da Educação e Cultura), Dr. Ildo Meneghetti (Gov. do Estado do Rio Grande do Sul), e Sr. Carlos Armando Koch (Pref. de Novo Hamburgo)*

2 *Decreto Legislativo nº. 941, em 17 de julho de 1957.*



A partir de 1957, até os dias atuais, vários atos administrativos regulamentaram importantes acontecimentos da Escola, tais como: criação e denominação da Escola Técnica como "Liberato Salzano Vieira da Cunha"[3]; Lei e Decreto[4] que autorizaram a instituição de uma fundação como entidade de direito privado, dotada de autonomia administrativa, didática, econômica e financeira, regida por estatuto aprovado pelo Governo do Estado (FUNDAÇÃO LIBERATO, 2000).Em maio de 1965, houve a primeira reunião do Conselho Técnico Deliberativo provisório, no escritório técnico da obra da Escola Técnica Liberato.

O primeiro estatuto da instituição foi aprovado em 28 de fevereiro de 1967, no mês subsequente foi concedida a autorização[5] de funcionamento do Curso Técnico de Química, primeiro curso da Fundação Liberato, e em abril do mesmo ano, foi autorizado o seu funcionamento[6].

Já formalizada sua criação, em 10 de abril de 1967, aconteceu a primeira reunião solene do Conselho Técnico Deliberativo - CTD e assumiu o primeiro diretor executivo da Instituição, professor Orlando Razzera. Mas, é por ocasião da segunda reunião solene, em 12 de abril de 1967, que se definiu a data de comemoração do aniversário da Escola, pois esse momento consagrou o significado de escola, congregando no ato com as autoridades, a presença de professores e estudantes (FUNDAÇÃO LIBERATO, 2000).

Uma das marcas características da instituição é o seu valor democrático que pode ser vislumbrado desde a eleição direta de seus diretores, à ampliação de uma educação que supera a técnica, para uma formação integral que oportuniza ao estudante o protagonismo na sua formação e o compromisso de se constituir como agente promotor de um mundo melhor.

3 *Decreto nº. 17.884, de 03 de maio de 1966, em homenagem ao Secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, que morreu em acidente aéreo em 07 de abril de 1957*

4 *a Lei nº. 5.444, assinada em 23 de janeiro de 1967; e o Decreto nº. 18.418, de 28 de janeiro de 1967.*

5 *Parecer nº. 24/67 do Conselho Estadual de Educação.*

6 *Portaria nº. 9.086, de 11 de abril de 1967, da Secretaria de Educação e Cultura*



Os processos de inclusão integram cada vez mais o cotidiano da escola, em discussões que atentam para as pautas das chamadas minorias, tais como o respeito ao nome social, a discussão sobre ações afirmativas, como pautas sobre o universo feminino e sua inserção no mercado de trabalho na área técnica, por exemplo.

Além disso, como instituição ligada à ciência e à tecnologia, a Fundação Liberato renova anualmente o seu compromisso com a realização de atividades de pesquisa. A alteração estatutária de 2014[7], incluiu formalmente entre os objetivos da Fundação Liberato a realização de atividades de pesquisa básica e aplicada, de caráter científico ou tecnológico, o que caracteriza a Liberato como uma Instituição de Ciência e Tecnologia – ICT (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

O constante crescimento da Escola contabiliza oito cursos técnicos subsequentes, no período noturno, e quatro cursos oferecidos na modalidade integrada ao ensino médio, no período diurno. A Liberato também está apta a desenvolver cursos de Especialização Técnica, bem como oferece diversos cursos de extensão.

A responsabilidade e compromisso com a excelência trouxe reconhecimentos importantes para a Fundação Liberato. Considerando os critérios relacionados à gestão, ao currículo, ao ambiente, aos métodos e às articulações com outros agentes (BRASIL, 2015), a instituição obteve o reconhecimento pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) como instituição de referência para a inovação e a criatividade na educação básica do Brasil, integrando o mapa como uma das instituições brasileiras que trilham um longo caminho na prática da inovação.

Outra validação recebida foi o importante reconhecimento da UNESCO, levando a Fundação Liberato a integrar o Programa de Escolas Associadas (PEA) da UNESCO, que reúne escolas comprometidas em criar e praticar "Educação de Qualidade" na busca dos ideais da paz, da liberdade, da justiça e do desenvolvimento humano, a fim de atender a todas as necessidades de crianças e jovens de todo o mundo (FUNDAÇÃO LIBERATO, 2016).

Mais recentemente, a experiência mundial da Covid-19 fez aprofundar o abismo social, e trouxe realidades mais complexas para a escola. A pandemia deixou sérias marcas nas famílias: perdas de parentes e entes queridos, aprofundamento ou desencadeamento de sofrimento mental; decretou[8] o fechamento de inúmeros postos de trabalho acarretou na fragilização / flexibilização das Leis de proteção ao trabalhador; notabilizou o aumento de atos bárbaros de discriminação por etnia, gênero, feminicídios e crianças e adolescentes expostos ao abuso dentro dos próprios lares, em situação de isolamento social.

7 *Decreto nº. 52.101, de 27 de novembro de 2014.*

8 *Decreto Estadual nº 55.128, de 19 de março de 2020.*



A escola, além de sentir o reflexo desta dura realidade, precisou tomar medidas céleres para criar estratégias que dessem condições de seguir conectada com a comunidade escolar. Nesse sentido, o estabelecimento do teletrabalho, conforme determinação do Governador do Estado, exigiu esforços de todos os segmentos escolares, desde o aprendizado à distância, a reinvenção do processo de docência, bem como empenho do quadro administrativo na manutenção do atendimento às famílias. Para o retorno de forma híbrida, houve a necessidade de aquisição de equipamentos para a transmissão das aulas, de modo que foi um investimento necessário nas salas de aula, para que a as atividades escolares pudessem ocorrer, mantendo o cuidado com a preservação da vida, reafirmando os princípios institucionais de valorização do bem comum, aliado à formação de qualidade dos alunos em caráter de excepcionalidade.

Ao longo dos anos, a instituição protagonizou e estimulou várias iniciativas e programas educacionais, artísticos, esportivos e, especialmente, na área da pesquisa científica. Essa potência fez com que a Fundação Liberato se consolidasse na região, como parceira importante da comunidade, da indústria, dos municípios e do Estado. Hoje, a instituição tem desempenhado um papel fundamental para a educação e, seu legado, supera as fronteiras do Estado. Ao longo de sua história, a Fundação Liberato teve uma forte presença na comunidade, apoiando e difundindo os valores da Instituição. Também desempenhou um papel muito importante na formação da identidade da cidade e da região e, rapidamente, tornou-se referência na Educação Profissional Técnica.



Referência na Educação Profissional Técnica e forte presença na comunidade.
Acervo ACS

Além do nível de excelência dos técnicos formados pela Fundação Liberato, consequência direta do seu compromisso com a educação e com a ciência, uma das contribuições mais marcantes para a sociedade, foi a idealização e realização da Mostratec, a Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia. Em sua 38ª edição, o evento é a maior feira de ciência e tecnologia da América Latina, que apresenta e premia anualmente centenas de projetos científicos que concorrem em diversas categorias. A partir de 2011, passou a atingir estudantes de toda a Educação Básica, com o projeto Mostratec Júnior, incluindo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e criando uma rede de colaboração ente escolas e secretarias de educação, para o trabalho com a iniciação científica.

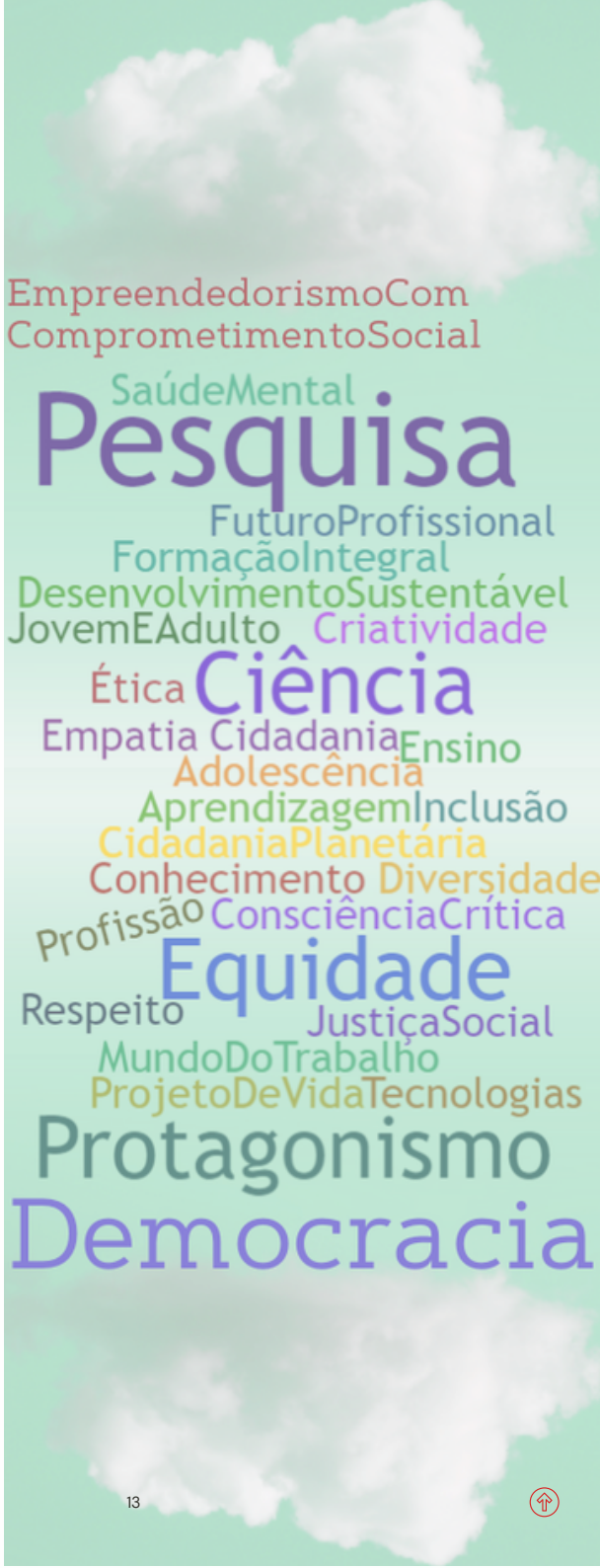
Por todos estes motivos alavancados na trajetória da Fundação Liberato, o compromisso de revisão e atualização do projeto Político Pedagógico (PPP), é um momento tão importante para a instituição. Neste documento se encontram o diagnóstico do contexto no qual a comunidade escolar se situa, o cenário político que afeta a vida de todos e o contexto pedagógico em que a prática acontece. Mas, não somente esta radiografia importa, repousa sobre este documento algo de fundamental importância, que é o planejamento de propostas de ações. É, portanto, o Projeto Político Pedagógico, o documento vivo, porque nele estão contidos os aspectos que unem todos os fazeres na escola, suas escolhas, seus caminhos e seu futuro.

Uma boa leitura a todas e todos!



Fundação Liberato
ACERVO ACS

VOL. I FUNDAMENTOS



DIMENSÃO SITUACIONAL

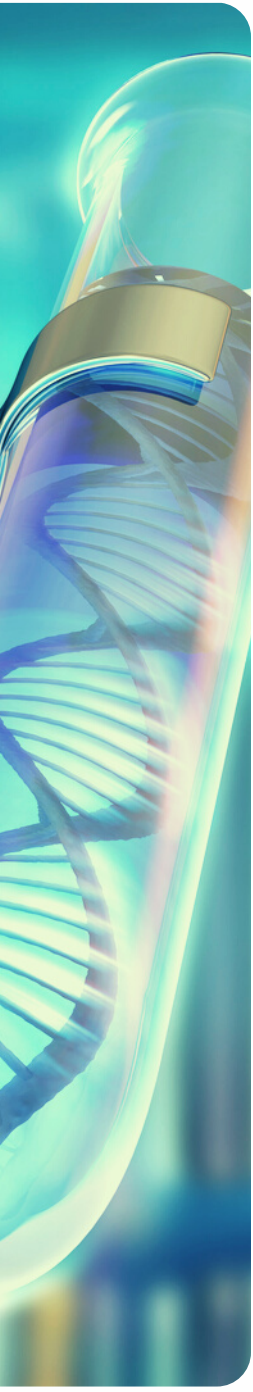
CONTEXTUALIZAÇÃO





Desde abril de 2017, revisão anterior do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FLSVC), cinco anos transcorreram. Mas não quaisquer cinco anos. Conforme descrito no referido documento, o cenário à época - constituído por uma sociedade capitalista e globalizada, marcada pela convocatória consumista, cuja má distribuição de renda reforçava a desigualdade social - não apenas se manteve, como aprofundou essas marcas, ampliando o quadro das injustiças sociais.

O mundo atravessou a Pandemia SARS-CoV-2, iniciada na China em dezembro de 2019, a qual já havia devastado vários países da Ásia, Oceania e Europa, quando a doença chegou ao Brasil, em escalas crescentes, a partir de março de 2020. A Organização Mundial de Saúde declarou que a gravidade da situação era compatível, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional, com a classificação de "Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional" (ESPII), o mais alto nível de alerta da Organização das Nações Unidas. (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2020a).



Enquanto os noticiários veiculavam a tragédia que já assolava a população de todas as nações do Planeta, cientistas do mundo inteiro empreendiam esforços para a criação de um imunizante capaz de interromper o surto do Coronavírus. Porém, no Brasil, vivenciávamos um movimento antivacina, contrário ao recomendado distanciamento físico e que estimulava o ato de aglomerar.

A situação se agravou de tal forma que, enquanto pessoas morriam sufocadas em filas de hospitais, escasseavam-se as vagas nas unidades de saúde, faltavam materiais importantes para os tratamentos, bem como os recursos de proteção dos trabalhadores da saúde. A pandemia avançava em larga escala, e aumentava também número de profissionais vitimados na área da Saúde, o embate travado opunha tecnologia científica disponibilizada a favor da vida e o negacionismo daquela experiência.

Isoladas em casa, as pessoas passaram a se relacionar cada vez mais pelas redes sociais. Esses meios de comunicação, ao mesmo tempo que permitiam a manutenção dos vínculos de afetos e cuidados a distância, também se tornaram um campo fértil para a propagação de desinformação, as quais competiam com as notícias veiculadas pelos cientistas, causando confusão em boa parcela da população.

As falsas notícias amplamente divulgadas pelas redes sociais encobriram a falta de celeridade para a realização da compra do imunizante para a população brasileira, enquanto o medo que se alastrou pela população devido às campanhas contra a vacinação era disseminado. Todo este movimento retardou drasticamente a breve chegada dos recursos sanitários contra a doença no seio do povo brasileiro, o que teria evitado que se chegasse ao trágico índice de aproximadamente 700 mil vidas perdidas no Brasil. (BRASIL, [2022]).

Devido ao tempo necessário para o desenvolvimento, produção e distribuição do antídoto que atenderia à toda a população mundial, somando-se à morosidade na encomenda das vacinas para o Brasil, a solução foi fechar praticamente todos os estabelecimentos por mais tempo que o pretendido, como única forma de evitar que o contágio fosse ainda maior, já que as vagas hospitalares não davam conta do grande número de contaminados que se encontravam em situação grave.

Afora os setores ligados diretamente à área da saúde, de alimentação e de limpeza sanitária, os demais serviços cerraram as portas. As escolas, como local de intensa convivência por um grande número de atores, também tiveram suas atividades presenciais interrompidas, com o intuito de proteger a vida das pessoas. A Fundação Liberato, coadunada com as diretrizes do Governo Estadual, através da expedição do Decreto n.º 55.118, de 16 de março de 2020, determinou a instituição do teletrabalho, e do ensino remoto emergencial a partir do dia 18 de março daquele ano. (RIO GRANDE DO SUL, 2020).

As atividades do quadro administrativo foram adaptadas à realidade, cumprindo as demandas com a colaboração e empenho dos empregados públicos dos diversos setores da instituição, mantendo a continuidade dos trabalhos administrativos, assim como o atendimento às famílias dos alunos, ofertando meios eletrônicos para este fim.

Conseguimos manter a continuidade das nossas rotinas trabalhistas sem descontinuidade das remunerações salariais de todos os empregados públicos, bem como de todas as obrigações legais para o perfeito funcionamento institucional.

Aos educadores, por sua vez, os desafios foram vários. Além do uso próprio das ferramentas tecnológicas, o que nem sempre é do domínio de todos, foram obrigados a reinventar o seu fazer didático. A experiência do ensino via tecnologias exigiu o desenvolvimento de novos instrumentos e estratégias para a manutenção do processo em situação de isolamento social.

A presencialidade, na vivência das relações sociais e das implicações positivas da interação entre as pessoas, é aspecto importante que permite que se cumpram tanto a Visão da nossa escola, de se constituir como uma instituição pública de referência de educação profissional, bem como nossa Missão de promoção de uma formação integral e humanizada. Por esse motivo, a renovação das cepas e o risco de ocorrência de outros surtos semelhantes ao que vivemos, nos faz pensar na importância de estarmos mais bem preparados para situações como esta.



Já para os alunos, coube a difícil tarefa de dar sequência aos seus estudos, em situação de afastamento social. O cenário mudou do coletivo para o privado. Ao lado da mesa de estudos, a geladeira. Para ir ao banheiro, bastava interromper a transmissão de áudio e câmera, se estivessem ligados, levantar e ir. Uma nova rotina livre de protocolos e individualizada se instaurou de uma hora para outra, em que as regras e a disciplina, para muitos, se constituíram como um desafio naquele contexto.

Nossos jovens, contudo, foram pegos de surpresa. A fase da adolescência é uma travessia na qual o jovem vai se associando a grupos, construindo identidades e relação de pertencimento. Entretanto, o isolamento social sequestrou-lhes este percurso, deixando-lhes uma condição de solidão intermediada pela tecnologia. Repentinamente esses estudantes viram-se interditados do convívio na coletividade escolar, do todo que os cercava até então e de tudo o que representava o porvir desta etapa de suas vidas.

No retorno à presencialidade, o fruto dessa realidade de dois anos em que o jovem ficou muitas vezes em casa sozinho, sem os pais e sem a convivência com o/a professor/a na sala de aula engendrou dois fenômenos percebidos no ambiente escolar. De um lado, alunos e alunas com dificuldades de se relacionar com seus pares, e, de outro, estudantes que contam muito pouco com a possibilidade de auxílio por parte dos adultos no ambiente escolar. Tal fato permitiu a reflexão a respeito do sentimento de solidão e desamparo, em função da experiência solitária de dois anos em casa, possivelmente sem a presença dos pais, distanciados fisicamente em seus trabalhos, ou sobrecarregados pelo sistema home office. A essa experiência, soma-se o distanciamento da vida coletiva presencial, o que os conduziu a uma vivência que se tornou modelar de um vazio na referência de figura de autoridade em sua existência.

Devido a essa realidade de isolamento social, a condição física dos estudantes foi outro aspecto afetado. O corpo deu sinais de desuso e de sedentarismo, haja vista as observações realizadas na escola,



a partir das dificuldades encontradas de coordenação motora, condicionamento físico e habilidades físicas.

O retorno à escola traz um estudante com certa inquietude após um longo período de desuso do corpo. Tais comportamentos evidenciaram o crescimento do desejo por momentos de esportes e atividades físicas, por ocasião do regresso ao sistema presencial.

Já no campo socioeconômico, o alongamento da situação pandêmica em nosso país agravou as já precárias condições da maior parte da população brasileira. Em acelerado processo, o desmonte da educação e do setor público contribuiu para o agravamento desse cenário. A concentração de renda abriu uma fenda ainda maior com o aumento da desigualdade e o sucateamento dos postos de emprego e trabalho, agravando o desemprego e o empobrecimento da população brasileira.

Oportunamente foram aprovadas novas regras que fragilizaram antigas conquistas trabalhistas que estavam a reger o mundo do trabalho, como no caso da legislação previdenciária, composição da jornada de trabalho e negociações salariais diretamente com os patrões, entre outras. Todas essas perdas decorrem da desvalorização dos profissionais e comprometem a qualidade da prestação de serviço público e, especialmente, da educação no país.

Devido à pandemia, a situação dos trabalhadores sem colocação no mercado de trabalho formal se agravou ainda mais.



Profissionais foram obrigados a buscar alternativas transitórias de geração de renda, caindo na mão de grandes corporações estrangeiras, como motoristas de aplicativos, entregadores neste mesmo sistema ou até autônomos, perfazendo uma carga horária entre 14/16 horas diárias de trabalho. Andar de moto ou bicicleta a fazer entregas passou a designar os trabalhadores informais como "empreendedores", mascarando a dura realidade dos que entregam durante o dia para poderem alimentar suas famílias à noite.

Essa realidade chegou a muitas famílias pertencentes à nossa comunidade escolar, bem como aos trabalhadores da empresa terceirizada que prestava serviço para a Escola à época. Devido ao aprofundamento da crise pandêmica e a falta de recursos básicos para o sustento dessas pessoas, foi criada a Ação Solidária Liberato, com o intuito de minorar o sofrimento das famílias em situação de vulnerabilidade social.
A Ação Solidária Liberato se constituiu em um movimento de apoio às famílias de estudantes e de funcionários da empresa terceirizada que prestava serviço à época, na escola, que se encontravam em situação de vulnerabilidade social, a partir da perda ou escasseamento de suas fontes das quais proviam renda para aquisições básicas.

A arrecadação de valores entre os profissionais da própria Fundação foi revertida em cestas básicas, contendo alimentos e material de limpeza e higiene, os quais eram entregues mensalmente nas residências, devido às medidas sanitárias de isolamento e distanciamento social.

Apesar dos esforços somados na escola, na tentativa de minorar as dificuldades enfrentadas pelas famílias desassistidas durante a pandemia, os impactos causados pelo Coronavírus não se restringiam às questões materiais. A existência de processos depressivos, tanto no país, quanto na escola, teve um crescimento muito grande, a partir de um cenário pandêmico.
Concorreu para isso, a tragédia diária dos efeitos da doença, tanto para os que lutavam por suas vidas e seus familiares, bem como para aqueles que foram perdendo pessoas de suas relações ao longo do tempo, a tal ponto que, mesmo as pessoas que não apresentavam necessidades pré-existentes de cuidados de saúde mental foram atingidas, segundo informou a Organização Pan-Americana de Saúde (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2022b).

Uma das características da Fundação Liberato é a diversidade, em seu mais amplo sentido. As mais de 50 cidades e suas diferentes culturas que convivem em nossa comunidade escolar, a heterogeneidade de pensamento e de condição socioeconômica integram nossa realidade. Entretanto, àqueles que possuem melhores condições de vida, não se impõem as mesmas dificuldades que enfrentam famílias carentes, ainda que atendidas com bolsas integrais ou parciais. Ao elevado custo, somam-se os valores significativos que são necessários despender para quem enfrenta um padrão de precariedade econômico-financeira no atendimento de outras despesas necessárias referentes à rotina para a formação na Liberato, em função da extensa carga horária ou da distância e difícil acesso à Escola.



Entre estes custos podemos citar o gasto com alimentação e transporte, materiais específicos dos cursos (equipamentos, itens de proteção, etc.), uniforme, polígrafos, etc.

Os trâmites para o pedido e renovação de bolsas têm um importante papel para aliviar muitas famílias com relação ao custo final desta conta, e se constituem em processo complexo e intensamente burocrático que, por vezes, dificulta o acesso à educação.

Do ponto de vista da dimensão situacional, vários fatores implicados – tais como as formas como desenvolvemos nosso viver e estabelecemos as relações como povo, quer no âmbito regional ou mundial –, estão afeitos às relações de governabilidade dos povos e dos projetos de existência das populações em seus variados graus de possibilidades econômicas, financeiras e sociais.

Uma realidade aludida em 2017, quando da versão anterior do PPP, foi o forte embate ocorrido no Oriente e o desfecho do ponto de vista da rejeição à chegada dos refugiados a outras nações. Na atualidade, a guerra entre Ucrânia e Rússia expõe uma perspectiva diferente aos asilados de fenotipia europeizada, com a possibilidade desses de garantirem o amparo negado aos povos originários de países do Oriente, Ásia e África.

A necessidade de luta contra a vulnerabilidade e pela superação dos processos discriminatórios acentuou-se de tal modo, que atravessamos uma pandemia, presos em casa, assistindo aos noticiários que veiculavam essa e outras bárbaras ações criminosas, cujas raízes encontram-se fundadas na histórica formação e práticas de exploração do povo brasileiro. Desde 2019 até os dias de hoje, estamos acompanhando a violência direcionada aos variados segmentos das ditas minorias. Repetidos atentados e massacres foram dirigidos aos povos indígenas e comunidades quilombolas. A agressão à população LGBTQIA+ também impôs atenção à pauta de gênero e orientação sexual. Escândalos de assédio e violência contra as mulheres foram alvo de crescimento e publicização durante o processo pandêmico, bem como a vulnerabilidade infantil e o crescimento de abusos sexuais a crianças e adolescentes no interior de suas casas.

Somando-se a essas realidades dramáticas, uma outra questão hegemônica relacionada ao preconceito e discriminação de cunho racista estampou as telas dos noticiários e das redes sociais. Quer nos Estados Unidos, quer no Brasil, cidadãos negros foram sufocados ou espancados até a morte, evidenciando a necessidade de manter aceso o debate e a defesa do respeito à população negra, bem como a todos os seres humanos, independente de etnia, credo, religião ou outras características.

É de suma importância que todas as pessoas, bem como a juventude, se inquietem com essas duras realidades que atentam contra o ser humano como um todo. Esses debates estão representados dentro dos Coletivos e do Grêmio Estudantil Maio de 1968, cuja discussão sobre cotas para alunos negros dentro da Fundação Liberato se faça representar em uma proporção mais aproximada deste contingente populacional, comprometida com o necessário reparo/resgate histórico.

Por fim, mas não menos importante, a questão ambiental deixou um triste e gigantesco rastro de perdas de fauna e flora durante os três últimos anos. Os focos de incêndios, conforme assistimos, alguns relacionados à seca e outros praticados a partir de ações criminosas com o intuito de possibilitar o uso de terras para o agronegócio, além do avanço do garimpo evidenciaram a falta de compromisso e de políticas de preservação ambiental, um assunto que diz respeito ao Planeta Terra.

Este aviltamento à natureza acontece em escala acelerada a partir da política estabelecida pela sociedade consumista que produz e estimula o consumo de produtos descartáveis, como o uso excessivo de plásticos e os danos advindos dos processos químicos da indústria de vestuário. Compras, ao invés de consertos ou reparos em seus utilitários produz um excedente desta manufatura agigantando o crescimento dos produtos descartáveis, deixando de levar em conta que não há como "colocar fora", posto que não existe fora para o Planeta Terra.



Fundação Liberato
ACERVO ACS

É neste sentido que um compromisso educacional poderá alterar as práticas humanas com relação ao ambiente. Ações conscientes quanto à redução e reutilização de materiais, bem como de reciclagem e adoção de novo pensamento sobre o ambiente natural e nosso modo de vida poderão contribuir para a superação dos problemas advindos de uma sociedade consumista, deslocando nossa acelerada produção de excedentes, acabando por impactar beneficamente nossas dimensões naturais, sociais e econômicas.

Dentro da nossa escola, os desafios são muitos. Temas atuais, tais como a relação humana com o seu ambiente planetário, preconceito e discriminação, LGBTQIA+fobia, adoção de cotas para negros, exigem de nós um compromisso efetivo com a inclusão, tornando crescente o entendimento de que todo profissional e de que toda a demanda escolar possui caráter pedagógico. Tal realidade está atrelada à próxima dimensão política, a ser abordada na próxima etapa deste texto, a qual se relaciona diretamente com o tipo de sociedade que queremos construir.



Fundação Liberato
ACERVO ACS

DIMENSÃO POLÍTICA

A SOCIEDADE QUE QUEREMOS





A sociedade da última versão do PPP mudou. Hoje, a velocidade com que as mudanças acontecem marcam nossa forma de ser no tempo e no espaço. A conexão e a digitalização do mundo e das nossas relações avançaram, acelerando a circulação de informações, encurtando distâncias. Esse é também um momento crítico, no qual precisamos criar consciência ambiental e estabelecer relações saudáveis com a natureza. Por fim, a diversidade étnico-racial, de gênero e sexual é uma realidade que nos estimula a reconhecer e a assegurar o direito à diferença num mundo onde as tradições estão progressivamente mais sujeitas à crítica.

O nosso recente século XXI exige, assim, que os avanços experimentados – científicos, tecnológicos, comportamentais, dentre outros –, importantes para a sociedade, sejam repensados. Esses avanços têm de nos oferecer instrumentos capazes de produzir sentido em um mundo fluído. A vertigem provocada pelo mundo em constante transformação levou a perda de referências que permitiam a construção de identidades estáveis. Tais identidades são importantes, pois a partir delas podemos nos projetar temporalmente (situados no presente e capazes de reconstruir nosso passado e planejar o nosso futuro) (ROSA, 2019). Produzir sentido, então, é, por um lado, encontrar as balizas sobre as quais elaboramos nossas identidades e, por outro, sermos capazes de questionar as identidades existentes.

Assim, o indivíduo que queremos formar precisa ser capaz de lidar criticamente com os desafios dessa vida acelerada. A educação que oferecemos deve, portanto, garantir que, durante e ao final do processo, tenhamos uma pessoa livre, ética, crítica, equilibrada, responsável, honesta, sensível, solidária, capaz de empatia, aberta às mudanças, participativa, criativa e sujeito de sua própria história. Acreditamos, ainda, que viver deve ser, cada vez mais, um ato de autonomia e um exercício de liberdade. Somente através de pessoas com essas características poderemos construir a sociedade democrática e justa que almejamos.

Almejamos uma sociedade fraterna, igualitária e inclusiva em que prevaleçam a democracia, a liberdade, o respeito, com uma relação equilibrada entre ciência, tecnologia e bem-estar social.

Desejamos, enfim, uma sociedade em que sejam valorizadas as relações interpessoais e de corresponsabilidade. Buscamos um futuro em que o lugar da diversidade, do respeito e da justiça seja garantido, celebrado e promovido através de ações afirmativas, tais como as reservas de vagas. Acreditamos, pois, que o espaço escolar deve ser produtor de equidade, aspecto importante para a construção da justiça social.

Porém, para que possamos construir tal sociedade, é preciso educar para a ética da cidadania. Não é possível pensar os seres humanos longe desta ética, muito menos fora dela (FREIRE, 2011). Sendo assim, precisamos aprender a conviver com as diferenças, estabelecendo, no processo educativo, a constante atenção e respeito a si e ao outro.





É imprescindível para a sociedade que almejamos que sejam reconhecidas como necessidades básicas não só alimentação, moradia, segurança, saúde e educação, mas também o reconhecimento, o senso de pertencimento, a fraternidade, o respeito ao próximo, a preservação da natureza, a amizade e o amor. Para que vivamos com dignidade é fundamental que se satisfaçam essas necessidades e que consideremos o ser humano de maneira integral, como portador de razão, mas também de um corpo e de emoções, ao qual devemos garantir o bem-estar e a saúde física e mental.

Queremos viver em um mundo norteado pelo comprometimento e pela participação inclusiva na construção de um projeto existencial coletivo, no qual as pessoas se relacionem de maneira ética e sejam livres e autônomas, tendo como base os valores da cidadania. Para tanto, é fundamental o princípio democrático da comunicação aberta, horizontal e honesta entre os sujeitos da comunidade escolar. A abertura para o debate franco de ideias é a única maneira de concretizarmos os fundamentos da sociedade democrática na prática cotidiana do fazer escolar, e também de garantir a **Visão** institucional, bem como sustentar a **Missão** da Fundação Liberato.

Assim, além de sujeitos éticos, é necessário que sejamos suscetíveis à beleza, capazes de alegria, orientados pelo compromisso e pela participação efetiva na construção coletiva da sociedade que queremos. O ambiente escolar deve, portanto, reproduzir internamente o diálogo fundado na liberdade e nos princípios democráticos que garantam o direito à diferença, tais como de gênero, de raça, de sexualidade e de religiosidade, dentre outras. Esse deve ser um espaço seguro para todos e todas, especialmente para aqueles e aquelas pertencentes a grupos minoritários, a quem devemos garantir os direitos que assegurem a dignidade humana, bem como o lugar de fala, por meio de ações institucionais concretas. A direção da escola deve, por conseguinte, garantir espaço para a promoção de ações de conscientização e de inclusão, assim como acompanhar as discussões promovidas pela comunidade escolar. A cidadania é um ensinamento e um aprendizado que se faz sobretudo na prática, portanto, seu exercício é constitutivo de uma formação integral de modo a reafirmar seus valores.

Defendemos o acesso à educação de qualidade como um direito fundamental. Apenas por meio dela construiremos uma sociedade voltada à promoção da justiça social. A educação é essencial para que os indivíduos sejam capazes de tomar posições bem fundamentadas, com bases em informações verdadeiras, equilibradas e de acordo com os princípios da vida democrática. A educação crítica e de qualidade é fundamental para o exercício pleno da democracia. Somente o acesso à educação nos garante a liberdade para traçarmos nossos destinos individuais e coletivos como sociedade.

O acesso à educação é indispensável para que uma sociedade saiba preservar e produzir conhecimento.

O conhecimento representa uma forma de atribuir sentido à realidade, já que "[...] a ciência atual não busca mais uma visão do mundo totalmente explicativa, o que produz é parcial e provisório [...] que se confronta com uma realidade incerta, de fronteiras imprecisas e mutáveis [...]" (BALANDIER, 1997, p. 10). Dessa forma, o conhecimento expressa a comunhão do saber entre as pessoas, através da inquietação provocada pela dúvida, pela curiosidade e pelo desejo, da síntese das experiências e práticas construídas num percurso de vida e de maneira coletiva, produzindo questionamentos e novos saberes comprometidos com a realidade social e ambiental.



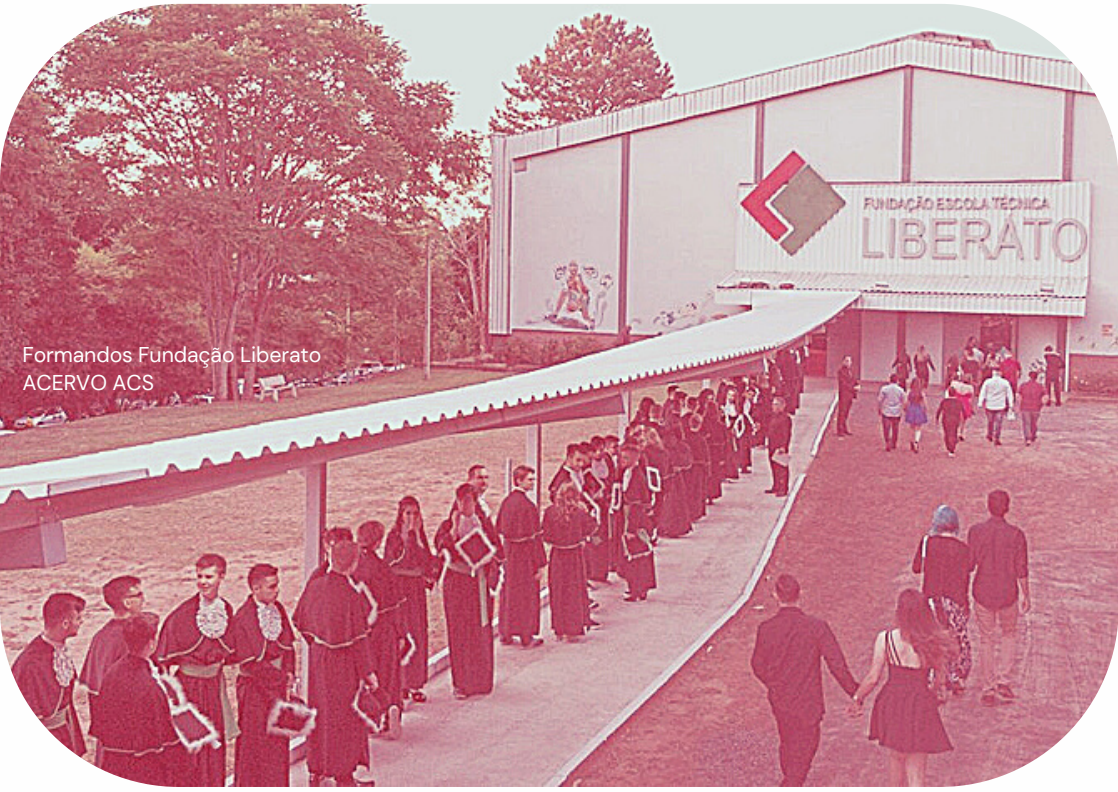
Por fim, na sociedade pela qual lutamos, o trabalho, além de suprir a necessidade de emprego e de salário, deve possibilitar a auto realização e o reconhecimento, dimensões imprescindíveis para que não sejamos objeto de exploração que massifica e assujeita o ser humano.

Nós, trabalhadores, devemos nos sentir sujeitos do nosso trabalho e precisamos recuperar a inteireza da relação entre o pensar, o criar e o produzir. Além disso, devemos lutar por um Estado que assegure nossos direitos num mercado de trabalho que exige cada vez mais flexibilidade.

"O ACESSO À EDUCAÇÃO É INDISPENSÁVEL PARA QUE UMA SOCIEDADE SAIBA PRESERVAR E PRODUZIR CONHECIMENTO"

A flexibilidade do mundo contemporâneo, reproduzida nas empresas, exigida no mercado de trabalho, não é apenas oportunidade de reorientar nossas trajetórias profissionais. Produz igualmente ansiedade, incerteza e insegurança num mundo em constante mudança, exigindo, frequentemente, capacidade de adaptação às inconstâncias das relações de trabalho. Para isso, consideramos fundamental oferecer uma formação que estimule a criatividade, a dinamicidade, a diligência, o senso crítico, capaz de propor soluções inovadoras.

Do cidadão com formação profissional é exigida a responsabilidade sobre os resultados, uma atitude protagonista, bem como maturidade social. O profissional deve estar consciente dos desafios complexos que a sociedade atual lhe exige, assim como estar disposto a assumi-los enquanto estímulo para produção de uma sociedade mais justa.



Formandos Fundação Liberato
ACERVO ACS

DIMENSÃO PEDAGÓGICA

A EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS CONSTRUIR





O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é o documento criado, no âmbito da comunidade escolar, como forma de registrar e garantir o compromisso assumido pelo coletivo da escola de desenvolvimento do processo de educação, devidamente planejado, com vistas à educação que queremos construir. É uma produção coletiva que se posiciona num processo histórico de mudanças profundas, de debates profícuos sobre concepções pedagógicas na seara da tradição/inovação, da legislação educacional e de embates acirrados no âmbito cultural, social, ético e político.

É nesse importante cenário de transformações contemporâneas que a Fundação Liberato atualiza o seu PPP, dando voz à diversidade de sujeitos que dela fazem parte. Dessa forma, deseja que o texto a seguir possa traduzir a concepção de educação em que se sustenta a proposta institucional, e, sobretudo, subsidiar ações e práticas pedagógicas.

A EDUCAÇÃO

A educação é obra transformadora, criadora. Ora, para criar é necessário mudar, perturbar, modificar a ordem existente. Fazer progredir alguém significa mudá-lo. Por isso, a educação é um ato de desobediência e de desordem. Desordem em relação a uma ordem dada, uma pré-ordem. Uma educação autêntica re-ordena. É por esta razão que ela perturba, incomoda. É nessa dialética ordem-desordem que se opera o ato educativo, o crescimento espiritual do homem. (GADOTTI, 2003, p. 89-90).

A Fundação Liberato defende a educação como direito inerente à condição humana, numa proposta que visa à formação integral dos sujeitos, garantindo o direito individual e coletivo no exercício da cidadania. Busca, como premissa, educar para a vida, preparando para o mundo do trabalho em toda a sua incerteza e vastidão. Sua proposta está alicerçada na tríade formação integral, humanista e profissional, tendo o trabalho como elemento integrador e, também, formador de princípios e condutas éticas.

Acredita que a educação que precisamos construir é uma educação comprometida com a realidade e com a inclusão social, promotora do diálogo e da capacidade de aprender a aprender. É uma educação voltada para a constituição de saberes que, segundo a UNESCO, através da Comissão Internacional de Educação do Futuro, presidida por Jacques Delors (2003), são: aprender a ser, a conhecer, a conviver e a fazer.



A educação que queremos passa pela importância de construir e reconstruir o conhecimento, despertar a curiosidade e desenvolver a autonomia. A partir de novas lógicas, precisamos aprender a resolver conflitos, respeitar as diferenças, conviver bem com a diversidade, compreender e valorizar o outro, além disso, experimentar a competitividade saudável, a solidariedade e a cooperação, considerando as subjetividades ao desenvolver sensibilidade, sentido ético e estético, responsabilidade por si, pelo outro e pelo mundo, pensamento autônomo e imaginação criadora.

Aos quatro saberes (aprender a ser, a conhecer, a conviver e a fazer), a Fundação Liberato agrega o aprender a sentir, sentir-se parte, incorporando, com essa visão inovadora, os sentimentos e as emoções como elos essenciais entre o corpo e a consciência (DAMÁSIO, 1996). Esse modo de conceber a educação corrobora com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2019) que propõe o desenvolvimento pleno de cada estudante nas dimensões intelectual, física, social, emocional e cultural.





A FORMAÇÃO INTEGRAL

A educação deve ser processo de formação da competência humana, ligada ao desafio de construir, significar e ressignificar a cultura, as práticas sociais e o conhecimento. Nesse sentido, visa qualificar o processo educativo face à universalização do ensino, superando as desigualdades e afirmando as diversidades da sociedade brasileira (MOLL, 2007).

O compromisso da escola com a formação humana traz responsabilidades abrangentes que se relacionam com a educação integral. Expressa na missão institucional - Promover a formação integral de profissionais comprometidos com as exigências do seu tempo - a formação integral tem caráter central na proposta pedagógica da instituição.

A proposta de formação integral contribui para superar visões reducionistas que tomam a educação como uma soma de competências, habilidades, saberes e comportamentos demandados pelo mercado. O conceito de educação integral apresentado pela BNCC (BRASIL, 2019), compreende o desenvolvimento humano integral, referindo-se à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades (físicas, educacionais, emocionais, intelectuais e sociais), com as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com a formação de um cidadão crítico, autônomo e capaz de conviver com os desafios da sociedade contemporânea.

Os currículos dos cursos da Fundação Liberato foram organizados de modo a ofertar a formação não apenas de técnicos, mas de pessoas que possam transformar a sociedade, dando ênfase ao desenvolvimento de competências e habilidades imprescindíveis, tais como a capacidade de abstração; o desenvolvimento do pensamento sistêmico (ao contrário da compreensão parcial e fragmentada dos fenômenos); a criatividade; a capacidade de pensar múltiplas alternativas para a solução de um problema; o desenvolvimento do pensamento divergente; a disposição para a inovação; o desenvolvimento do pensamento crítico; o saber comunicar-se; a capacidade de investigar, de analisar e produzir conhecimento; entre outras. As competências desenvolvidas por cada curso da Fundação Liberato encontram-se em seus Planos de Curso e estão alinhadas com as dez competências gerais propostas pela BNCC (BRASIL, 2019): conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; responsabilidade e cidadania.



Conforme estabelecido na BNCC:

> *[...] competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2019).*

É importante relembrar que no Brasil, o primeiro documento oficial na área da Educação a propor o uso do termo foi a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), através da Lei 9.394/96. Já no âmbito da Fundação Liberato, o conceito pode ser encontrado na primeira versão do Projeto Político Pedagógico da instituição, escrito no ano de 2000: "tendo-se por competência fazer oportunidade e fazer-se oportunidade, a educação, contrariando a tendência do mercado competitivo que filtra apenas a competitividade formal, implica qualidade formal e política. Isso significa dizer que promover a competência é instrumentalizar, pelo processo de reconstrução, a cidadania formada no questionamento" (FETLSVC, 2000).

Atrelado à proposta institucional de fomentar a pesquisa científica, o uso do conceito de competência ao longo dos últimos 22 anos, na Fundação Liberato, passou por alguns deslocamentos, diferentes debates e embates teóricos, além de experiências relativas ao fazer pedagógico, o que ocasionou amadurecimento e alargamento na compreensão do termo.

Ainda sobre o conceito de competência, um importante estudo para a construção da concepção do trabalho por competências foi realizado por grupo de gestores/professores/pesquisadores da Unisinos (2002), que estabeleceu a noção de competência da seguinte forma:

> *As competências e as habilidades são inseparáveis da ação, mas exigem domínio de conhecimentos. As competências pressupõem operações mentais, capacidades para usar as habilidades, emprego de atitudes, adequadas à realização de tarefas e conhecimentos. As competências se constituem num conjunto de conhecimentos, atitudes, capacidades e aptidões que habilitam alguém para vários desempenhos da vida. Habilidades se ligam a atributos relacionados não apenas ao saber-conhecer, mas ao saber-fazer, saber-conviver e ao saber-ser. A competência é então constituída por várias habilidades. Pode, ainda, ser definida como saber fazer bem o que é necessário e desejável no âmbito profissional e se revela na articulação das dimensões técnica e política perpassadas pela ética. Contudo, uma habilidade não "pertence" a determinada competência, pois uma mesma habilidade pode contribuir para diferentes competências (DUTRA, 2006 apud NG, 2002, p.8).*



Dutra (2006), afirma, ainda, que o termo competência não possui um significado essencial, mas que é produzido de diferentes modos nos contextos em que é mobilizado. A Fundação Liberato possui bagagem teórica e experiencial para a proposição de um entendimento consolidado sobre o conceito, alicerçado na cultura, experiências e valores institucionais. Desafio que ficará registrado para os próximos investimentos na documentação pedagógica da Fundação Liberato.

A PESQUISA CIENTÍFICA

Ensinar para consolidar a formação científica e tecnológica, estimulando o crescimento intelectual é necessário, mas não suficiente. Portanto, a educação pela pesquisa pretende-se questionadora da realidade, do conhecimento e da sua aplicação na sociedade, objetivando a formação crítica do sujeito.

> *O critério diferencial da pesquisa é o questionamento reconstrutivo, que engloba teoria e prática, qualidade formal e política, inovação e ética. Do ponto de vista da educação, trata-se de ética da competência que jamais pode ser reduzida à competitividade. Do ponto de vista da inovação, trata-se do conhecimento crítico e criativo (DEMO, 1998, p. 2).*

A proposta pedagógica da Fundação Liberato parte da premissa de que não é possível dissociar ensino e pesquisa. Entre as competências mais importantes que a escola se propõe a desenvolver estão relacionadas à postura problematizadora, à atitude investigativa e ao protagonismo.

Propomos o uso da metodologia científica como uma ferramenta pedagógica, pois com base em experiências curriculares, acreditamos que ela é capaz de dinamizar o contexto escolar, engajar estudantes e professores na construção do conhecimento, tornar a aprendizagem significativa e abrir espaço para o protagonismo na sala de aula.

> *O trabalho com a pesquisa na sala de aula desenvolve uma postura, uma atitude investigativa, no sentido de um ethos experimental (MASSCHELEIN, SIMONS, 2014), constituído por uma cultura da pesquisa, da problematização, da historicização, mas também de um componente da intervenção, que busca oferecer alguma resolução. Nessa forma de pesquisar, o estudante produz uma solução ou encaminha soluções para o problema investigado, geralmente oriundo das problematizações do seu próprio entorno ou do entorno da escola/trabalho/comunidade. Ao fazer a pesquisa, o sujeito transforma o contexto, produzindo novos conhecimentos, mas também transforma a si, isto é, (de)forma-se durante o processo, no sentido de constituir-se de outra forma, com novas verdades e novos conhecimentos. (OLIVEIRA; FABRIS, 2021).*



É fundamental o incentivo à produção e transformação do conhecimento científico em bem material e bem-estar-social para que os estudos realizados por estudantes e professores possam contribuir efetiva e diretamente para o desenvolvimento da sociedade, em outras palavras, para melhorar o mundo. Conforme Resolução do CNE/CP nº 1 de 15/01/2021, entre os princípios da Educação Profissional e Tecnológica, expresso no artigo 5.º, está:

> *estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social. (BRASIL, 2021)*

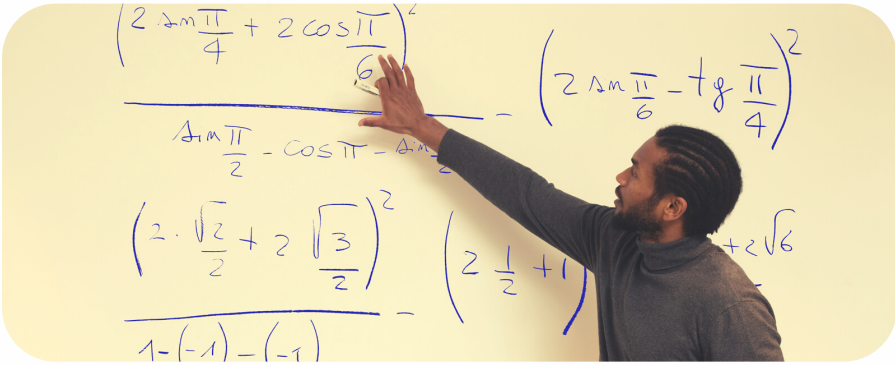
Compreender o conhecimento como algo público e que se constrói (e se vive) coletivamente é premissa para o engajamento social e a responsabilidade com o mundo. Incentivar o estudante a empreender uma ideia a partir do conhecimento científico produzido, com vistas a melhorar a vida de outras pessoas, o entorno (a cidade, o país, o mundo), corrobora com as ideias de Arendt (1992) quando esta coloca nos jovens o compromisso (e a esperança) de criação do novo mundo. Inspirados na filósofa, acreditamos que a escola é a materialização do local onde se desenvolvem o dever e a responsabilidade por ensinar o já sabido (por outros) para que os recém-chegados ao mundo tenham acesso aos conhecimentos socialmente construídos, de forma crítica e problematizadora e possam, a partir da tradição de toda uma sociedade, criar o novo mundo.

Nesse sentido propomos o entendimento do conceito de empreendedorismo associado aos conceitos de protagonismo e de autonomia. Algumas iniciativas vêm sendo realizadas na instituição, especialmente por meio da Incubadora Liberato em parceria com empresas e instituições externas. É preciso, contudo, a criação de políticas de fomento a essas iniciativas e parcerias que possam subsidiar o desenvolvimento das pesquisas e auxiliar os jovens pesquisadores a tirar suas ideias do papel e ver suas pesquisas transformando realidades.

A prática da pesquisa ao longo dos anos se tornou central no processo formativo desenvolvido na escola. A relevância social da pesquisa científica no currículo da Fundação Liberato ultrapassou os muros escolares e possui importância indiscutível, inspirando escolas de todo o Brasil e do mundo. Entretanto, este trabalho ainda requer investimentos importantes para que todos os estudantes tenham oportunidade de participação alicerçada na noção de equidade. Em outras palavras, desenvolver pesquisa exige recursos e estruturas que nem sempre são a realidade de muitos estudantes da Fundação Liberato, por isso é preciso iniciativas que garantam oportunidades e condições para que todos os estudantes possam desenvolver suas pesquisas. É fundamental que professores e estudantes sejam envolvidos na criação das políticas e na reformulação das diretrizes para a pesquisa na instituição, processo que origina-se da complexidade, conflitos, resistências, contradições e avanços.

Para que essa proposta se efetive com equidade na escola, algumas definições são importantes: professor pesquisador; estudante pesquisador; professor orientador de pesquisa e professor de Projetos de Pesquisa.

Professor pesquisador é aquele que maneja a pesquisa como princípio científico e educativo e a tem como atitude cotidiana. A partir daí, para que se tenha o questionamento reconstrutivo e para que a relação seja de sujeitos participativos, inicia a qualificação do estudante no processo de pesquisa, que deixa de ser objeto de ensino para tornar-se parceiro na construção de conhecimento. Dessa forma, "[...] nenhum fenômeno histórico é mais característico do questionamento reconstrutivo do que o processo emancipatório, não apenas em seu ponto de partida, mas, principalmente, como marca permanente do processo." (DEMO, 1998, p. 8).



Entendemos como **estudante pesquisador** aquele regularmente matriculado na Fundação Liberato, compreendendo o período desde a matrícula no primeiro ano ou semestre até o recebimento do conceito final do estágio obrigatório. É dever de um aluno pesquisador manter contato contínuo com o orientador do trabalho para discutir os rumos e as etapas da pesquisa a serem seguidas e cumprir as metas e os procedimentos do Comitê de Ética e Segurança na Pesquisa (CESP), conforme estabelecido na Resolução do Conselho Técnico Deliberativo nº. 2043/14, de 07 de janeiro de 2014 FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA, 2014b). Na Fundação Liberato todos os estudantes possuem contato com a prática da pesquisa e/ou desenvolvimento de projetos, seja por meio do componente de projetos de pesquisa, contemplada nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio ou, ainda, nos cursos pós ensino médio, ao experienciarem o desenvolvimento de produtos ou soluções para o mundo do trabalho e/ou ao realizarem o trabalho de conclusão do curso.

Definimos como **professor orientador** o profissional vinculado à Fundação Liberato que tem como dever assumir a responsabilidade sobre os aspectos referentes à aplicação de metodologia científica, ao incentivo de atitudes preventivas, à busca de viabilidades para o trabalho desenvolvido pelos estudantes, ao zelo pelos princípios que regem a Instituição, tais como éticos, de segurança e de legislação. Durante a execução de um trabalho, é importante que o orientador acompanhe a elaboração do plano de pesquisa, o desenvolvimento das atividades e avalie os riscos, minimizando problemas e acidentes.

Ao **professor de Projetos de Pesquisa**, componente curricular dos cursos da Fundação Liberato, cabe sensibilizar e instruir o estudante à pesquisa com base nos documentos da Instituição, em conformidade com a Resolução do Conselho Técnico Deliberativo nº. 2281/17, de 06 de dezembro de 2017, (FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA , 2014a) que aprova as Diretrizes para a Pesquisa na Instituição.



A função social da escola, fundamentada na vivência de valores democráticos e pautada pelos princípios da participação e da decisão coletiva, traduz-se na garantia, a todos e a cada um, do acesso e da permanência, bem como do direito de aprender e se desenvolver integralmente.

A escola é um dos agentes identificadores das reais necessidades e dificuldades sociais; por isso, precisa estabelecer uma relação de comprometimento entre a educação e a sociedade. Portanto, a organização do currículo merece sempre ser avaliada com bastante cuidado, uma vez que ele é o espaço onde se corporificam as formas de conhecimento e de saber, onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação, tendo, consequentemente, que incorporar os novos mapas e as configurações sociais que estão moldando e formando novas formas de existência e sociabilidade (SILVA, 2010).

A organização da matriz curricular é entendida como propulsora de movimento, dinamismo curricular e educacional de tal modo que os diferentes campos do conhecimento possam se articular com o conjunto de atividades educativas.

Compreende o desenvolvimento de conhecimentos sobre a sustentabilidade ambiental, os direitos humanos, a liberdade, a segurança, a saúde, o bem-estar, a igualdade, a diversidade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

Apesar das dificuldades materializadas na estrutura física da Fundação Liberato, a sua proposta curricular demanda o desenvolvimento de estratégias administrativas e pedagógicas com o objetivo de abrir espaço para outras organizações espaço-temporais mais conectadas com as necessidades do tempo presente. Atualizar a estrutura física de acordo com a proposta pedagógica é desafio permanente da gestão.



Semana Cultural Liberato
ACERVO ACS



O princípio pedagógico da democracia expressa-se na vivência em espaços de discussão das práticas educativas, da tomada de decisão compartilhada e coletiva, nas diferentes instâncias da Escola, como Conselho Escolar e Conselhos de Classe, em que pese a natureza e o funcionamento distintos de ambos previstos no regimento escolar, com vistas à participação e à responsabilização de todos os segmentos da comunidade escolar e a um maior envolvimento de estudantes, professores e famílias nas atividades educativas.

Outro caminho para vivências participativas e tomada de decisões democráticas no âmbito da escola é a existência e o funcionamento de instituições de natureza civil, como grêmios estudantis, agremiações de professores e de funcionários, de associações de pais e/ou responsáveis, que devem ser constantemente estimulados. Essas vivências democráticas presentes na escola, espaço da esfera pública com o qual o estudante toma contato, oportunizam o direito à voz, o sentimento de pertencimento e a promoção da autonomia (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

OS SUJEITOS ESCOLARES

Os Cursos Técnicos oferecidos pela Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha são desenvolvidos nas formas integrada e subsequente ao Ensino Médio. Além disso, são ofertados cursos de especialização e atividades de pesquisa, ensino e extensão. A Instituição busca construir e manter uma relação dialógica e de parceria com as famílias, referente ao desempenho e ao desenvolvimento da aprendizagem dos educandos.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio, assim definida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, deve assegurar a formação dos jovens e adultos que a ela têm direito na perspectiva da dimensão do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como eixo integrador entre os conhecimentos de distintas naturezas contextualizados histórica e socialmente (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

A realidade da população do ensino médio está configurada por estudantes predominantemente adolescentes e jovens. Segundo o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) a noção de juventude não pode ser reduzida a um recorte etário, contudo, no Brasil são considerados jovens aqueles sujeitos com idade entre os 15 e os 29 anos. As Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica (RIO GRANDE DO SUL, 2015) definem a juventude como "condição sócio-histórico-cultural de uma categoria de sujeitos que necessita ser considerada em suas múltiplas dimensões, com especificidades próprias" o que obriga a "diversificação e a flexibilidade de currículos", respaldadas pela LDB 9.394/96.

Os cursos técnicos subsequentes ao Ensino Médio ocorrem no turno da noite e por suas especificidades exigem um olhar diferenciado de todos os profissionais da instituição. É imprescindível que cada vez mais os processos administrativos e pedagógicos sejam pensados levando em consideração as características diversas dos estudantes do noturno. Algumas situações contextuais suscitam a criação de estratégias para que os estudantes possam concluir com êxito a sua formação profissional.

A título de exemplo, é possível citar: "os estudantes vêm para a escola depois de um longo e cansativo dia de trabalho"; "os estudantes iniciam o curso após anos sem frequentar a escola"; "os estudantes já estão no mercado de trabalho e precisam de atualização para permanecer ou evoluir profissionalmente"; "uma grande parcela de jovens recém formados no Ensino Médio está buscando os cursos técnicos subsequentes"; "algumas turmas do noturno possui grande diversidade geracional", entre outras.



Nesse sentido, o PPP reforça a importância de compreender as diferentes fases em que se encontram os estudantes da Fundação Liberato: adolescentes, jovens, adultos e idosos. Tamanha diversidade exigirá atenção especial às formas de ser, aprender e se desenvolver de cada um desses grupos geracionais, considerando, ainda, as singularidades próprias de cada sujeito.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2019) contribui com essa perspectiva ao reconhecer e acolher as singularidades e diversidades dos estudantes. No texto introdutório, o documento propõe que os espaços de aprendizagem sejam inclusivos, de não discriminação, de não preconceito e de respeito às diferenças, a favor do desenvolvimento pleno de cada estudante nas dimensões intelectual, física, social, emocional e cultural.

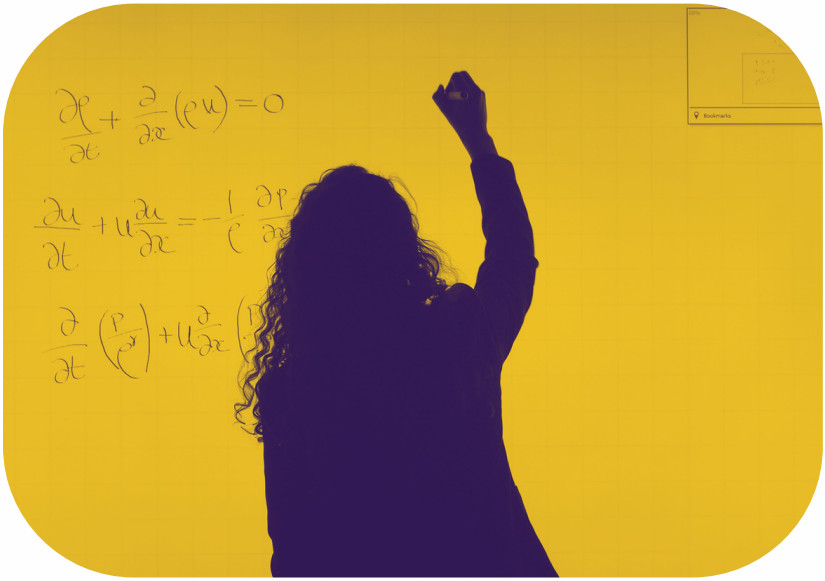
O Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio - RCGEM (RIO GRANDE DO SUL, 2021), chama atenção para as diferentes juventudes como agentes com condições de protagonizar conhecimento, vivências e sentidos na sociedade.

Para além do objetivo restrito de ensinar para o vestibular e ENEM, o convite do Referencial conjuga esforços para a viabilização de uma formação integral, humanista e profissional, capaz de conectar as juventudes com o mundo contemporâneo, considerando seus desejos, suas criatividades e seus projetos de vida, para desenvolver as mais diversas habilidades e também contribuir para o desenvolvimento integral do sujeito.

Ao tomar a proposta da formação integral, a Fundação Liberato compreende que, em todos os espaços-tempos, os sujeitos escolares educam na relação que estabelecem entre si. Portanto, gestores e funcionários também educam. Cada prática, mesmo administrativa, educa os sujeitos envolvidos, seja na forma como esse sujeito é acolhido para a explicação de um processo administrativo, seja nas orientações que recebe em determinado setor.

É preciso compreender que toda a ação desenvolvida no interior da escola se pretende pedagógica, sendo sempre pautada pelo respeito ao outro, pelo cuidado e pelo acolhimento. Assim, o reconhecimento do profissional da educação, docente e funcionário, em sua subjetividade e necessidades, é de fundamental importância. A escuta institucional dos empregados públicos da Fundação Liberato necessita ser prática rotineira e valorizada, no sentido de "cuidar de quem cuida".

Para a docência está reservada grande importância e responsabilidade na formação dos sujeitos. Para dar conta da complexidade que envolve os processos formativos, a docência se dá no entrelaçamento das seguintes dimensões: humanista, política, pedagógica, técnico-científica e teórico-prática.



Assim, o docente que a Fundação Liberato precisa ter é aquele comprometido com a educação que queremos construir. Necessita estar disposto a refletir sobre sua prática pedagógica, estar aberto ao diálogo e à crítica. Deve ser sensível o suficiente para saber descentralizar seu conhecimento, sendo mediador dos processos de ensino e de aprendizagem. Além disso, ser articulador das ideias estabelecidas pelo grupo com o qual interage, demonstrando competência para trabalhar em equipe e compartilhando saberes e experiências. Um valor que precisa cultivar é o de saber-se incompleto, pois o profissional da docência necessita estar sempre estudando, pesquisando, aprendendo. Considerando que "ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (FREIRE, 2011, p. 43), o profissional da docência necessita assumir uma postura inquieta frente ao seu fazer pedagógico.

O funcionário que a Fundação Liberato precisa ter é, da mesma forma que o docente, aquele comprometido com a educação que queremos construir, sendo assim também necessita estar disposto a refletir sobre seu fazer, estar aberto ao diálogo e à crítica. O funcionário escolar, independente do setor em que esteja lotado, é imprescindível para a efetivação do projeto político e pedagógico, sendo apoio fundamental aos processos de ensino e de aprendizagem. Ademais, como profissional da educação, ao relacionar-se com estudantes participa do processo de formação dos mesmos, pois sua postura e modo de agir também educa. O documento "Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação – em cena, os funcionários de escola" (BRASIL, 2004), reconhece que todos os espaços da escola são importantes espaços educativos onde ocorrem significativos processos de comunicação interativa e de vivência coletiva que coloca em cena os trabalhadores em educação não-docentes (BRASIL, 2004, p. 8).





Nesse sentido, a formação continuada dos funcionários ou trabalhadores não-docentes é um dos importantes mecanismos de melhoria da qualidade da educação. Para Trojan e Tavares,

> *Esse reconhecimento implica uma concepção de educador que ultrapasse os limites da sala de aula e que supere o preconceito histórico que vê os funcionários não-docentes apenas como trabalhadores braçais, tarefeiros, alienados das ações pedagógicas, para isso, "os funcionários, conscientes de seu papel de educadores, precisam construir a sua nova identidade profissional, isto é, ser profissionalizados, recebendo formação inicial e continuada tanto quanto os professores". (BRASIL, 2004, 3 p.17). Nesse sentido, esses profissionais necessitam de formação condizente com a sua tarefa de formação humana. (TROJAN; TAVARES, 2007).*

Face ao reconhecimento da importância dos profissionais da educação, a Instituição, por sua vez, necessita investir nos docentes e nos funcionários, sujeitos fundamentais para as transformações que almejamos, possibilitando-lhes as condições necessárias para o exercício de sua função, por meio de uma efetiva política de recursos humanos que promova formação continuada, valorização e comprometimento com os objetivos da escola.

A escola deve ser um espaço de convivência, de construção e de socialização de saberes entre os sujeitos que dela fazem parte. E, para isso, é essencial que todos os envolvidos tenham oportunidade para decidir, pensar e compartilhar, desenvolvendo autonomia no processo.

À gestão cabe garantir a participação de gestores, professores, funcionários, pais, alunos e todos os envolvidos na comunidade escolar nas decisões, incentivando a criação de um ambiente democrático, horizontal e colaborativo.

Nesse sentido, o gestor necessita estar aberto à escuta, ao diálogo, ao debate e ao relacionamento com a comunidade, pois exerce um papel fundamental para a concretização da missão institucional. Além de funções administrativas, cabe a ele articular todas as questões que envolvem a gestão pedagógica da escola.



É papel do gestor primar pela garantia de condições para que os processos de ensino e de aprendizagem sejam desenvolvidos, bem como zelar pelo respeito aos deveres e aos direitos dos sujeitos escolares por toda a comunidade.

Também é compromisso do gestor da Fundação Liberato, promover o diálogo e parcerias entre agentes externos e internos, para ampliar oportunidades institucionais, bem como prestar contas do valor público gerado, preservado e entregue à sociedade.

Precisamos, sobretudo, promover a integração entre estudantes, professores, funcionários, gestores, família e sociedade através de propostas diversas de trabalho conjunto, intensificando a atuação de entidades representativas dos diferentes segmentos da comunidade escolar, respeitando a opinião de todos, discutindo coletivamente soluções e dividindo responsabilidades de maneira solidária, possibilitando, enfim, a realização de diferentes projetos de vida e trajetória formativa profissional.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Em consonância com a proposta da educação profissional está a educação inclusiva.

> *A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os estudantes constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças" (SILVA, 2010, p. 8).*

A Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) demandou, para as instituições, a constituição de uma cultura de inclusão, por meio de novas práticas escolares, visando garantir o direito de todos à educação. É desafio diário, para a escola, a transformação da sala de aula comum num espaço para todos os estudantes, buscando, paulatinamente, as transformações necessárias para que o espaço escolar possa se tornar um ambiente educacional inclusivo.



Conforme Silva (2010, p. 9), "A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos estudantes diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas". Nesse sentido, cabe salientar iniciativas como a constituição da Equipe Multiprofissional de Apoio à Inclusão (EMAI), criada pela Resolução do Conselho Técnico Deliberativo nº 2212/2016, de 17 de março de 2016, que possui caráter consultivo e de apoio às práticas inclusivas na Fundação Liberato, e a implementação do Laboratório de Tecnologia Assistiva (LTA), que tem por objetivo fomentar o desenvolvimento de pesquisas nessa área.

Essas iniciativas necessitam sair do papel e serem efetivadas na instituição, visando ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é pensado e planejado para desenvolver as potencialidades de cada pessoa, considerando a história de vida do indivíduo, suas experiências, individualidades, anseios e diferenças. Para que esse trabalho se concretize é fundamental a implementação de uma Sala de Recursos Multifuncional, que pode ser agregada ao Laboratório de Tecnologia Assistiva, bem como prever no próximo concurso público, a seleção de profissionais especializados na área, tais como especialista em AEE, psicopedagogo e assistente social, para compor o quadro de recursos humanos da instituição.



A Educação Inclusiva se materializa nas atitudes dos sujeitos escolares que devem identificar e eliminar preconceitos, estereótipos e discriminações no ambiente escolar, contribuindo para a constituição de uma cultura de inclusão que reverbere em toda a comunidade e ultrapasse os muros da escola. Nesse sentido, são fundamentais ações afirmativas que possibilitem o acesso, inclusão e permanência de diferentes grupos sociais, étnicos, imigrantes, pessoas com deficiência e pessoas economicamente desfavorecidas.

O desafio da instituição está em criar políticas institucionais, formação continuada, recursos, serviços de apoio, entre outras iniciativas que prevejam e contribuam para a efetivação da Educação Inclusiva.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA

A prática pedagógica é entendida como uma prática social complexa que acontece em diferentes espaços-tempos da escola, a partir da interação professor-estudante-conhecimento. No sentido de práxis, necessita configurar-se como uma ação intencional e participativa. Para Freire (1996) as práticas pedagógicas devem ver o estudante como um sujeito capaz de intervir no mundo.

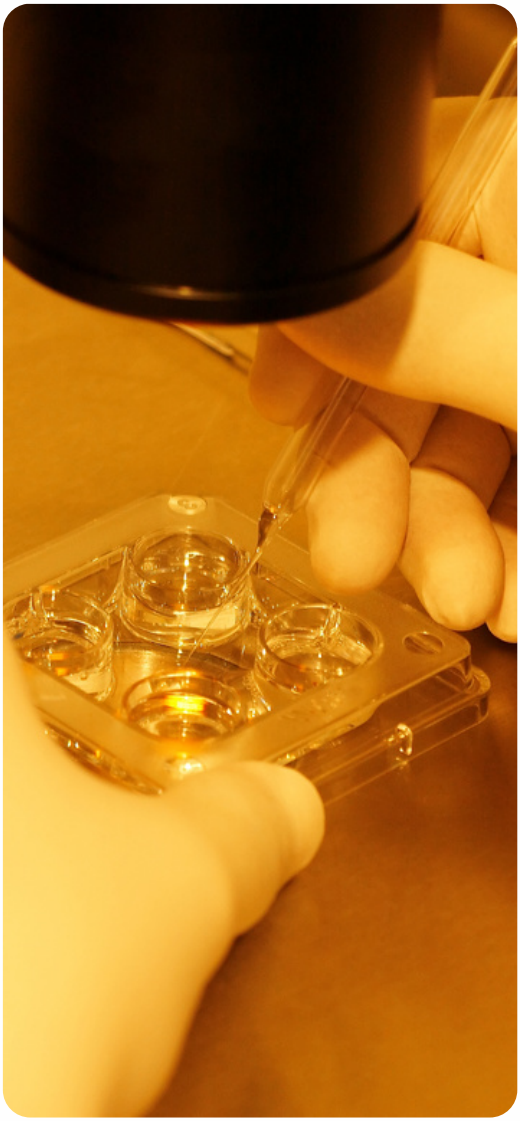
Segundo Wagner e Cunha (2019), o protagonismo é condição para uma aprendizagem significativa.

> *Tanto estudantes quanto professores, são sujeitos da prática pedagógica e, mesmo em posições diferentes, atuam como sujeitos ativos das suas aprendizagens. O protagonismo do sujeito é fortalecido quando assume decisões pedagógicas, quando é desafiado a realizar processos intelectuais complexos que exigem produção acadêmica original e criativa. (WAGNER; CUNHA, 2019, p. 33)*

O planejamento e a avaliação são ferramentas para a prática pedagógica que requerem, na maioria das vezes, atitude colaborativa e cooperativa entre os pares. Planejar e avaliar as práticas pedagógicas pressupõe "a capacidade de trabalhar coletivamente, de criar climas construtivos de convivência e aprendizagem, de humildade na partilha e de habilidade de prever e superar resistências" (WAGNER; CUNHA, 2019, p. 33).

Sobre colaboração, cabe reforçar também a importância de práticas interinstitucionais, visando experiências curriculares diversas, sendo cada vez mais possível aproveitar as tecnologias para experiências internacionais no currículo dos diferentes cursos ofertados.

O conjunto dos componentes curriculares das diferentes áreas do conhecimento deve guardar relações significativas entre si, sendo a carga horária desses componentes distribuída de forma semanal, de acordo com o que expressa a forma de organização dos cursos oferecidos pela escola.



Os conhecimentos e os saberes desenvolvidos nos diferentes cursos estão expressos nos Planos de Curso e, sobretudo, nos Planos de Trabalho dos professores que devem apresentar em seus objetivos a amplitude e a profundidade com que será desenvolvido cada um dos componentes curriculares.

As metodologias utilizadas devem promover condições adequadas à integração dos componentes curriculares por meio de objetivos comuns que envolvam os diferentes campos do currículo, repensando tempos e espaços escolares. Nesse sentido, a interdisciplinaridade é desafio cotidiano da prática docente, sendo um processo didático-pedagógico que visa à superação da fragmentação curricular no tratamento do conhecimento. A interdisciplinaridade pressupõe a integração "mediante a interação entre os diferentes campos do conhecimento" (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Outras ferramentas/recursos que podem contribuir com a prática pedagógica são oriundas das Tecnologias de Informação (TIs). As TIs podem agregar ao ensino e à aprendizagem, mas para tanto, os professores precisam dominá-las. Cabe ressaltar aqui o estímulo à inovação na metodologia de trabalho docente, valendo-se de recursos tecnológicos de informação e comunicação, bem como a criatividade nas propostas pedagógicas. Dessa maneira, a formação continuada deve ser espaço para refletir sobre as práticas pedagógicas, com vistas a melhorá-las contribuindo com a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem.



A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A formação continuada é um dever constitucional e um direito dos profissionais da educação, garantido pelos dispositivos legais, evidencia uma conquista importante no sentido da qualidade da prática pedagógica e da gestão escolar.

Cabe a instituição investir nos seus profissionais, possibilitando-lhes as condições necessárias para o exercício de sua função. Por meio de uma efetiva política de recursos humanos deve garantir formação continuada que promova valorização e comprometimento com a missão, visão e valores institucionais, bem como com a efetivação do projeto político pedagógico.

O Plano Nacional de Educação - PNE (BRASIL, 2014) refere-se à formação continuada como aquela que ocorre em dois espaços distintos: nas instituições de ensino, de graduação ou pós-graduação (dispensa de estudos); e a promovida no próprio ambiente escolar (seminários, cursos, oficinas, palestras, grupos de estudo, etc).

Para o planejamento e oferta da formação continuada é importante considerá-la numa perspectiva multidimensional, levando em consideração não somente questões de conteúdo e metodologia, mas também o caráter subjetivo que envolve o contexto do trabalho na escola: os interesses pessoais com relação aos temas educacionais, o tempo de serviço dos profissionais, o plano de carreira (incluindo o aspecto salarial), o estado emocional com relação ao trabalho desenvolvido, entre outras.

A formação continuada necessita abranger os gestores, professores e funcionários, contemplando propostas (seminários, cursos, oficinas, palestras) de atualização e capacitação no que diz respeito aos avanços técnico-científicos nas diferentes áreas do conhecimento.

A formação continuada dos profissionais da Fundação Liberato precisa estar associada ao significado de formação humana, atenta à dimensão do cuidado de si e do outro. Cuidado que não se reduz à dimensão intelectual e laboral, mas também psicológica, física, relacional, emocional, ética, cultural, etc. Construir políticas que contemplem tal concepção de formação continuada é desafio e condição para a efetivação deste projeto político e pedagógico.

A formação continuada necessita ter vinculação com a avaliação da instituição (de seus processos e profissionais), pois sendo subsídio para o planejamento institucional, deve indicar necessidades de aperfeiçoamento e atualização, bem como prioridades de formação e/ou capacitação dos recursos humanos.



A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

"Para manter-se viva, uma instituição deve periodicamente se submeter a um processo de avaliação e, se necessário, transformar-se." (UNIÃO MARISTA DO BRASIL, 2010, p.99).

A avaliação deve ser vista como um instrumento articulado e complementar ao planejamento da instituição, pois indica caminhos para avançar com segurança rumo às metas estabelecidas. Necessita ser democrática e transparente, contemplando a participação efetiva de toda a comunidade escolar, bem como sua ampla divulgação. Dessa forma compreende a corresponsabilização de cada sujeito no fazer da escola e na concretização da missão institucional. Deve ser realizada periodicamente, com base em indicadores pautados no projeto político pedagógico e explícitos no plano estratégico institucional.

A Fundação Liberato necessita investir na construção de indicadores para que possa acompanhar com qualidade os processos desenvolvidos pelas diferentes diretorias e setores, com vistas a efetivação do projeto político pedagógico. Desafio e compromisso para os próximos anos.

A AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Na Fundação Liberato a avaliação tem caráter diagnóstico, formativo e processual, sendo assim é contínua e cumulativa, pressupondo um acompanhamento sistemático do estudante nas diferentes etapas dos processos de ensino e de aprendizagem. Portanto, avaliação e processo, construção e apropriação do conhecimento são elementos de relação intrínseca, isto é, são interdependentes no contexto educativo.

A avaliação formativa respeita a trajetória individual do sujeito ao contemplar a sua realidade, sempre buscando incentivar a autonomia, a autodisciplina e a responsabilidade na realização das atividades de estudo. Nesse sentido, a LDB (BRASIL, 1996) enfatiza a avaliação e sua importância no desenvolvimento das aprendizagens e na permanência dos estudantes na escola.

"A AVALIAÇÃO FORMATIVA RESPEITA A TRAJETÓRIA INDIVIDUAL DO SUJEITO AO CONTEMPLAR A SUA REALIDADE"

O planejamento e a avaliação são instrumentos inseparáveis de trabalho do professor, é a partir do planejamento que o professor explicita a intencionalidade de sua prática pedagógica e cria estratégias para a avaliação da própria prática e para a avaliação das aprendizagens dos estudantes. O planejamento também necessita contemplar as estratégias de ensino adotadas pelo professor para desenvolver as competências, os critérios e os instrumentos utilizados para a avaliação da aprendizagem. A proposta pedagógica voltada para o desenvolvimento de competências exige estratégias de ensino diferenciadas, bem como instrumentos diversificados de acompanhamento dos estudantes.

Dessa forma, a função da avaliação é também diagnóstica, oferecendo ao professor elementos necessários para o planejamento da continuidade de seu trabalho, identificando e retomando competências e habilidades não desenvolvidas pelo estudante, ou ampliando a abrangência do seu conhecimento. A avaliação serve de diagnóstico também para o estudante, que tem o direito de receber aspectos qualitativos e não apenas quantitativos de seu desenvolvimento, para que possa intervir com maior autonomia em seu processo de aprendizagem.



Fundação Liberato, 2022
ACERVO ACS

REFERÊNCIAS



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BALANDIER, Georges. **O contorno: poder e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BRASIL. **Lei n.9.795/99**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavirus - Brasil**. [Brasília (DF)], 2022 [site atualizado]. Acesso em: 21 dez. 2022. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC; SEB; DICEI, 2013.

BRASIL. **Lei n. 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação**: em cena, os funcionários de escola. Brasília, DF: MEC; SEB, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional De Educação/Conselho Pleno**. Resolução nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF, 2021.

DAMÁSIO, Antônio R. **O erro de Descartes**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA. Conselho Técnico Deliberativo (CTD). **Resolução n. 2281/17**, de 06 de dezembro de 2017. 5 f. 2017. Disponível em: https://www.liberato.com.br/wp-content/uploads/2020/06/resolucao-2281-17-diretrizes-da-pesquisa.pdf. Acesso em: 01 jun. 2016.

FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA. Conselho Técnico Deliberativo (CTD). **Resolução do Conselho Técnico Deliberativo nº 2043/14**, de 07 de janeiro de 2014b. 3 f. 2014. Disponível em: http://www.liberato.com.br/sites/default/files/arquivos/CESP/texto_2_b_resolucao_criacao_cesp.pdf. Acesso em: 22 dez. 2022.

FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA. **Projeto Político-Pedagógico**. Na construção de uma escola para os próximos 500. Novo Hamburgo. 40f. 2000.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**. São Paulo: Cortez, 2003.

MOLL, Jaqueline. Da crise da escola e do seu (re)encontro com a vida. In: QUIJANO, G. M. R. (Org.). **Jornada da Educação Popular pelo encontro da Escola com a Vida**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

OLIVEIRA, Sandra de; FABRIS, Elí Henn. A pesquisa como prática (de)formação nas escolas de educação básica: possibilidades para processos inclusivos e de engajamento. In: LOUREIRO, Carine Bueira; LOPES, Maura Corcini. **Inclusão, aprendizagem e tecnologias em educação**: pensar a educação no século XXI. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus**. Brasília (DF), 2020a. Acesso em: 20 mar. 2022. Disponível em: https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Pandemia de COVIS-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo**. Brasília (DF), 2022b. Acesso em: 26 mar. 2022. Disponível em: https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 55.118**, de 16 de março de 2020. Estabelece medidas complementares de prevenção ao contágio pelo COVID-19 (novo Coronavírus) no âmbito do Estado. Porto Alegre: Palácio Piratini, 2020.. Acesso em: 22 mar. 2022. Disponível em: https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/decreto-55118.pdf.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Parecer 545/2015**: Processo CEEd n. 253/27.00/14.3. Disponível em: https://ceed.rs.gov.br/upload/arquivos/202001/17150156-20150902110926pare-0545.pdf. Acesso em: 01 dez. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Referencial Curricular Gaúcho Ensino Médio**. Porto Alegre: SEDUCRS, 2021.

ROOS, Ana Paula. et al. **Avaliação por competências**: uma abordagem para a prática pedagógica universitária na Unisinos. São Leopoldo: UNISINOS, 2008.

ROSA, Hartmut. **Aceleração**: a transformação das estruturas temporais na Modernidade. São Paulo: Ed. Unesp, 2019.

SANTOS, André Vitor Fernandes dos; FERREIRA, Marcia Serra (Org.). BNCC: Múltiplas posições e olhares para pensar a qualidade da educação e a autonomia docente. In: **Base Nacional Curricular Comum, qualidade da educação e autonomia docente**. BRASIL, INEP/MEC. Em Aberto, Brasília, DF, v. 33, n. 107, p. 1-242, jan./abr. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **O sujeito da Educação**: estudos foucaultianos. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

TROJAN, Rose Meri; TAVARES, Taís Moura. **O funcionário escolar como educador**: formação dos trabalhadores em educação da rede estadual de ensino. Revista Eletrônica de Extensão. Santa Catarina: UFSC, 2007.

UNIÃO MARISTA DO BRASIL. **Projeto Educativo do Brasil Marista**: nosso jeito de conceber a Educação Básica. Brasília, DF: UMBRASIL, 2010.

WAGNER, Flávia; CUNHA, Maria Isabel da (Org.). Oito assertivas de inovação pedagógica na educação superior. In: **Inovação pedagógica no ensino superior**. BRASIL, INEP/MEC. Em Aberto, Brasília, DF, v.32, n.106, p. 1-212, set./dez. 2019.

FUNDAÇÃO LIBERATO

ENTRE EM CONTATO – clique nos links

Rua Inconfidentes, 395, Bairro Primavera, Novo Hamburgo – RS
CEP 93340-140 – Brasil

(51) 3584-2000 | www.liberato.com.br
centraldeatendimento@liberato.com.br



FUNDAÇÃO LIBERATO

FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA

Rua Inconfidentes, 395 - Bairro Primavera
Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul - Brasil
Caixa Postal 621 - CEP 93.3340-140
51 3584.2000 | www.liberato.com.br